



1989 – 1999

## **Missão do IEDI**

**Participar em parceria com o Estado e Entidades com interesse na Indústria, da formulação e implementação de Política de Desenvolvimento Industrial que, como parte de um Projeto Nacional, tenha como objetivos:**

- ◆ Participação crescente da Indústria Brasileira na produção mundial da indústria;
- ◆ Aumento da produção de bens com maior valor agregado e conteúdo tecnológico;
- ◆ Crescimento continuado da riqueza nacional.

**Agir para que o crescimento econômico resultante propicie melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e igualitária.**

## Conselho do IEDI

### Fundadores

Abraham Kasinsky <i>Cofap</i>	Luiz de Mello Flores Guinle <i>Elebra</i>
Amarílio Proença de Macêdo <i>J. Macedo</i>	Max Feffer <i>Suzano</i>
Bruno Nardini Feola <i>Indústrias Nardine</i>	Ney Bittencourt de Araujo <i>Agroceres</i>
Celso Lafer <i>Metal Leve</i>	Olavo Monteiro de Carvalho <i>Monteiro Aranha</i>
Claudio Bardella <i>Bardella</i>	Paulo Diederichsen Villares <i>Villares</i>
Eggon João da Silva <i>WEG</i>	Paulo Francini <i>Coldex Frigor</i>
Eugênio Emílio Staub <i>Gradiente</i>	Paulo Guilherme Aguiar Cunha <i>Ultraquímica</i>
Francisco Roberto Andre Gros <i>Aracruz Celulose</i>	Paulo Mário Freire <i>Cimento Portland Paraíso</i>
Hugo Miguel Etchenique <i>Brasmotor</i>	Paulo Setubal Neto <i>Duratex</i>
Ivan Muller Botelho <i>Cia. de Força e Luz Cataguazes-Leopoldina</i>	Pedro Franco Piva <i>Klabin</i>
Ivency Brochmann Ioschpe <i>Ioschpe</i>	Raul Mena Barreto dos Reis <i>Sadia-Concórdia</i>
João Pedro Gouvêa Vieira Filho <i>Ipiranga</i>	Raul Schmidt <i>Tupy</i>
Jorge Gerdau Johannpeter <i>Gerdau</i>	Ricardo Frank Semler <i>Semco</i>
José Ermírio de Moraes Filho <i>Votorantim</i>	Sérgio Marcos Prosdócimo <i>Refrigeração Paraná</i>
Luiz Alberto Garcia <i>ABC-Empar</i>	Sylvio Tuma Salomão <i>Açotécnica</i>

**Ex-Conselheiros do IEDI**

Bruno Caloi <i>Caloi</i>	Ivo Hering <i>Hering</i>
Daniel Shu Chi Wei <i>Braswey</i>	Jacques Siekierski <i>ITAP</i>
Diego J. Bush <i>Alpargatas</i>	José Maurício Machline <i>Sharp</i>
Felippe Arnstein Arno <i>Arno</i>	José Mindlin <i>Metal Leve</i>
Flávio Carelli <i>Tabacow</i>	Marcel Herrmann Telles <i>Brahma</i>
Gilberto Dupas <i>Aracruz Celulose</i>	Mário Adler <i>Brinquedos Estrela</i>
Guilherme Augusto Frering <i>Caemi</i>	Walter Fontana Filho <i>Sadia-Concórdia</i>
Ivo Frederico Reich <i>Sadia-Concórdia</i>	Wanderley Sábio de Mello <i>Samello</i>

## Novos Conselheiros

Celso Varga

*Varga*

Flávio Gurgel Rocha

*Confecções Guararapes*

Guilherme Peirão Leal

*Natura*

Maria Silvia Bastos Marques

*Companhia Siderúrgica Nacional*

Miguel Abuhab

*Datasul*

Roberto de Rezende Barbosa

*Usina Nova América*

Salo Davi Seibel

*Satipel*

Thomas M. Lanz

*Giroflex*

## Conselho Atual

Alcides Lopes Tápias <i>Camargo Corrêa</i>	Mário Milani <i>Sogefi</i>
Amarílio Proença de Macêdo <i>J. Macedo</i>	Max Feffer <i>Suzano</i>
Andrea Matarazzo <i>Matarazzo</i>	Miguel Abuhab <i>Datasul</i>
Antonio Marcos Moraes Barros <i>Companhia Brasileira de Cartuchos</i>	Newton Chiaparini <i>Sabó</i>
Carlos Antônio Tilkian <i>Brinquedos Estrela</i>	Olavo Monteiro de Carvalho <i>Monteiro Aranha</i>
Carlos Mariani Bittencourt <i>Petroquímica da Bahia</i>	Paulo Diederichsen Villares <i>Villares</i>
Celso Varga <i>Varga</i>	Paulo Francini <i>Coldex Frigor</i>
Claudio Bardella <i>Bardella</i>	Paulo Guilherme Aguiar Cunha <i>Ultraquímica</i>
Eugênio Emílio Staub <i>Gradiente</i>	Paulo Setubal Neto <i>Duratex</i>
Flávio Gurgel Rocha <i>Confeccões Guararapes</i>	Pedro Eberhardt <i>Arteb</i>
Francisco Amaury Olsen <i>Tigre</i>	Pedro Franco Piva <i>Klabin</i>
Guilherme Peirão Leal <i>Natura</i>	Rinaldo Campos Soares <i>Usiminas</i>
Hugo Miguel Etchenique <i>Brasmotor S/A</i>	Robert Max Mangels <i>Mangels</i>
Isaac Sverner <i>CCE</i>	Roberto Caiuby Vidigal <i>Confab</i>
Ivoney Brochmann Ioschpe <i>Ioschpe-Maxion</i>	Roberto de Rezende Barbosa <i>Nova América</i>
Jacks Rabinovich <i>Vicunha</i>	Roberto Kaminitz <i>Douglas</i>
Jorge Gerdau Johannpeter <i>Gerdau</i>	Rogério Pinto Coelho Amato <i>Springer</i>
José de Freitas Mascarenhas <i>Veracel Celulose</i>	Salo Davi Seibel <i>Satipel</i>
José Roberto Ermírio de Moraes <i>Votorantim</i>	Sérgio Habermfeld <i>Dixie Toga</i>
Josué Christiano Gomes da Silva <i>Coteminas</i>	Sylvio Tuma Salomão <i>Açotécnica</i>
Luiz Alberto Garcia <i>Algar</i>	Thomas Bier Herrmann <i>Renner Herrmann</i>
Maria Sílvia Bastos Marques <i>Companhia Siderúrgica Nacional</i>	Thomas M. Lanz <i>Giroflex</i>

## **Eméritos**

Abraham Kasinsky

José Ermírio de Moraes Filho

## **Administração**

Presidente do Conselho  
Eugênio Emílio Staub

Diretor Geral  
Paulo Francini

Diretor Executivo  
Julio Sergio Gomes de Almeida



## **Fórum IEDI**

### **Ex-Membros do Fórum IEDI - 1993-1999**

Afonso Celso Pastore  
Carlos Antonio Rocca  
José Roberto Medonça de Barros  
José Serra  
Nelson Jobim  
Pérsio Arida  
Roberto Magalhães

### **Membros Atuais do Fórum IEDI**

Antonio Barros de Castro  
Antonio Delfim Netto  
Antonio Kandir  
Eduardo Gianetti da Fonseca  
Jacques Eluf  
João Paulo dos Reis Velloso  
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo  
Pedro Moreira Salles  
Roberto Rodrigues

## **IEDI 10 ANOS**

### **O DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA BRASILEIRA E OS OBJETIVOS DO IEDI**

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) foi criado em 23/5/89 por um grupo de empresários da indústria para ser uma entidade de estudos capaz de contribuir no desenho de um novo projeto nacional para o Brasil.

O ponto de partida foi conceber uma "Visão" do Brasil para 2.010, como um país de sociedade e economia desenvolvidas (A "Visão dos Fundadores - O Brasil em 2.010" é reproduzida em anexo).

Como parte de um projeto nacional, uma nova política industrial deveria assumir o lugar da substituição de importações. O diagnóstico econômico do IEDI apoiava-se em uma concepção da crise dos anos 80, segundo a qual esta, embora se apresentasse sob diversos ângulos, do ponto de vista industrial simbolizava o esgotamento do antigo modelo de industrialização por substituição de importações.

Certas opiniões muito em voga nos últimos anos empenham-se em negar méritos a este modelo de industrialização. O IEDI partiu de uma outra avaliação da industrialização brasileira.

A substituição de importações viabilizou a constituição de uma indústria de porte muito apreciável e concorreu para alçar a economia do País à condição de uma das maiores do mundo - uma posição ainda mantida nos dias de hoje - e uma das mais dinâmicas - uma característica que os resultados do crescimento nas duas últimas décadas, infelizmente, já não mais confirmam.

Para o IEDI, o impasse vivido pela economia industrial brasileira nos anos 80 encontrava correspondência no êxito e não no fracasso do antigo modelo. Isto conferia uma complexidade maior ao problema de como a economia poderia voltar a trilhar o caminho da industrialização após a "década perdida". Tratava-se de repensar questões, ações e políticas sem o retorno a um passado cujo mérito foi único, mas que não poderia ser reproduzido.

O "Manifesto de Criação do IEDI" assim resumiu a questão:

"O sucesso, por definição, modificou o conjunto de carências e oportunidades. (...) Muitas das antigas (carências e oportunidades) já não existem. Assim, nossa crise - como de resto as crises em geral - provém do fato de que o velho está golpeado de morte e o novo está por surgir".

O "Manifesto" também advertia que:

"A história é muito eloqüente em ensinar que os países que não renovam suas questões estagnam..."

Por estas razões, o objetivo de criação do IEDI era ambicioso: promover estudos visando revelar as novas questões relevantes para a economia e a indústria do País e, transcendendo o diagnóstico, agir para dar-lhes resposta adequada.

A propósito, a pretensão inicial continua presente, pois perduram as questões e desafios à sociedade e à economia brasileira que ensejaram a criação do IEDI. Em realidade, a busca de um novo projeto de desenvolvimento para o País coloca-se, mais do que naquela época, de forma absolutamente urgente.

Desde a criação do IEDI, os avanços ocorridos foram acompanhados de recuos, de forma que, se antes o IEDI chamava a si a responsabilidade de participar e interagir na construção de um projeto para o Brasil voltado à década final do século, o desafio presente, sendo também o de participar e de interagir, diz respeito a um Brasil do limiar do Século 21, uma problemática ainda mais complexa.

## **OS RECUOS NOS ANOS INICIAIS DOS 90**

A sucessão de recuos iniciou-se pouco após o IEDI ter sido fundado. Medidas como as que levaram à recessão profunda e o distanciamento do governo com relação à produção e à indústria - quando não o desprezo para com os setores produtivos - foram as tônicas dos primeiros anos dos 90. Foi a época da abertura sem salvaguardas, acompanhada de taxas de juros entre as maiores do mundo. A indústria e a economia como um todo iriam arcar com um custo muito alto.

Durante esse período, o IEDI produziu trabalhos e levantou a tese da competitividade sistêmica, um tema ainda atual, discutido sob o título de Custo-Brasil.

Dentre os estudos realizados, alguns pioneiros, destacam-se:

- “A Nova Relação entre Competitividade e Educação - Estratégias Empresariais” - O IEDI foi uma das primeiras entidades de classe a destacar a importância da educação e do treinamento e seus efeitos sobre o aumento da produtividade
- “Finanças Industrializantes” - A visão do IEDI, integrando os setores produtivo e financeiro, foi uma contribuição pioneira entre as entidades empresariais;
- “Carga Fiscal, Competitividade Industrial e Potencial de Crescimento Econômico” – O estudo mostrou que, ao contrário de padrões adotados por

economias concorrentes, a estrutura fiscal brasileira carecia de uma reforma para desonerar a produção, a exportação e os investimentos.

- “Modernização Competitiva, Democracia e Justiça Social” - Uma agenda de pontos básicos para a definição de um projeto nacional.

Cabe destacar ainda a colaboração do IEDI no “Estudo sobre Competitividade da Indústria Nacional” em conjunto com a Universidade de Campinas, um estudo contratado mediante concorrência pelo governo federal.

Em 1993, o IEDI lançou uma Revista - Política Industrial - que por cinco anos divulgou artigos e estudos internacionais sobre o tema. A publicação informou a um público especializado brasileiro os procedimentos adotados pelos mais diversos países para promover o seu desenvolvimento industrial, particularmente, como executavam políticas alternativas à substituição de importações.

Em 1993, foi criado o "Fórum IEDI" existente até hoje e formado por políticos, economistas e empresários, inclusive representantes de outras entidades de classe. O Fórum produziu diversas sugestões, algumas transformadas em textos, outras apresentadas ao governo como contribuição para a adoção ou o aperfeiçoamento de políticas.

## **AS PROPOSTAS PARA O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o IEDI encaminhou ao governo o estudo “A Indústria e o Governo Fernando Henrique - Oportunidades e Ameaças”, em dezembro de 1994. O documento sublinhava as opções que se apresentavam naquele momento: a opção de um direcionamento do dinamismo econômico provocado pela estabilização do Plano Real para o crescimento e o aumento da competitividade da indústria nacional, acompanhados de um política de exportação, ou, de outro lado, um direcionamento exclusivamente para as importações. A última, adotada pela política econômica, colocou em risco a sobrevivência de segmentos industriais importantes, as empresas predominantemente nacionais e o emprego industrial, e conteve o crescimento da economia.

As importações cresceram rapidamente e determinaram a transformação de um vultoso superávit comercial em expressivo déficit em apenas um ano (1995). Quanto ao dinamismo inicial provocado pela estabilização dos preços, este foi sendo contido até desaparecer pelo efeito da combinação do câmbio sobrevalorizado com juros muito altos.

Os perigos da opção feita foram apontados por muitos - insistentemente pelo IEDI que também alertou desde o início do processo de abertura para o ônus à economia nacional causado pelas importações predatórias (o

"importabando"). Porém, disto não resultou a desejada inversão da orientação da política econômica ou em menor distanciamento entre empresariado e Governo, que era e continuou profundo.

Nesse período, o IEDI desenvolveu temas importantes como a formação de poupança interna para reduzir a dependência dos recursos de financiamento externo e limites e possibilidades de desenvolvimento e de inserção externa do País no contexto da economia globalizada. Dentre os estudos, produzidos, entre 1995 e 1996, cabe destacar:

- “Brasil: Alternativas para Poupar e Crescer Mais” - Uma avaliação dos riscos do modelo de financiamento dependente de capitais externos e uma proposta para aumentar a poupança interna.
- “GATT 1994 - Incentivos à Comercialização e à Produção Industrial” - Análise dos limites e possibilidades de execução de políticas no contexto da regulação internacional.
- “Desenvolvimento e Inserção Externa nos Anos 90” - Diagnóstico e recomendações de ações compatíveis com a inserção brasileira em um mundo cada vez mais globalizado.

## **ABERTURA E SOBREVALORIZAÇÃO CAMBIAL**

Cabe referência particular a dois temas da maior relevância nos anos 90 e que têm suscitado interpretações errôneas sobre as posições e recomendações do IEDI:

Com relação à abertura da economia, o IEDI criticou a sua condução precipitada, mas nunca a sua necessidade. Considerava que a abertura deveria corresponder aos dois lados em que se desdobra o comércio exterior, e, nesse sentido, apontou a lacuna de uma política voltada para as exportações. Esta era considerada uma providência crucial para preservar o equilíbrio externo da economia. Ademais, a abertura simultaneamente de importações e exportações era a prática seguida pela maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento que também promoviam processos de abertura ao exterior.

Quanto às importações, o IEDI apontou a aceleração das reduções tarifárias com relação ao cronograma inicial como causa de uma forte distorção no planejamento e nos processos de reestruturação setoriais e empresariais, o que, inevitavelmente, traria, como de fato ocorreu, perdas irreparáveis à indústria. Já foi destacada a prioridade ao tema da concorrência desleal, e, em particular, do "importabando", como uma prática que não encontra justificativa nem mesmo na mais ampla abertura, representando unicamente a subtração de emprego, impostos e produção nacional.

O IEDI também criticou a política de sobrevalorização cambial praticada desde o início do Plano Real. Uma valorização menor da moeda ou a simples

estabilização da taxa de câmbio teria amparado com a mesma eficácia a estabilização de preços, sem deixar as sequelas à produção doméstica e ao setor exportador.

Como resultado da abertura da economia e da excessiva valorização da moeda, o IEDI anteviu o agravamento da balança comercial, com estimativas que se confirmaram. É importante destacar que o IEDI procurou envolver nos debates que promoveu os diferentes agentes econômicos, inclusive e sobretudo o Governo. Sua preocupação sempre foi de sensibilizá-los sobre os temas e opiniões que emitia.

## **A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – PROPOSTA IEDI**

Há cerca de um ano o IEDI decidiu realizar uma ampla investigação sobre como diferentes países tratam o lado real - ou da produção - de suas economias. Selecionou doze países, tanto desenvolvidos (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália e Espanha), como em desenvolvimento ou de nova industrialização (Brasil, Coreia, Índia, México, Malásia e Chile). O conjunto desses países responde por 70% do PIB mundial e por 80% do produto industrial.

As razões que motivaram o trabalho foram:

- A certeza de que a estabilidade monetária é um objetivo necessário, e, mais do que isso, absolutamente prioritário da política econômica, mas não é suficiente para garantir o avanço econômico e social;
- A suspeita de que, ao contrário da visão muito difundida no Brasil, as políticas e instituições voltadas para o estímulo da economia real não foram internacionalmente abandonadas;
- A convicção de que a opção de política econômica de não distinguir setores de atividades - e nem sequer distinguir o lado real do lado financeiro - constituía um sério equívoco.

Os resultados da pesquisa deixaram claro que, observadas as peculiaridades e as ênfases nacionais, as economias predominantemente dispõem de instituições e instrumentos de ação que visam alcançar objetivos tais como: elevação permanente da produtividade e da competitividade, promoção de setores considerados (sob diferentes pontos de vista) estratégicos, promoção da industrialização sob a ótica do desenvolvimento regional, defesa do emprego e revitalização de áreas decadentes.

A partir desses resultados, foi realizado um levantamento nos meses de agosto e setembro de 1998 entre os Conselheiros do IEDI com o objetivo de determinar as preferências do Instituto em temas como a orientação de uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil e políticas e ações

recomendadas para sua execução. Desse levantamento (que é reproduzido em anexo), juntamente com os resultados da pesquisa de políticas industriais em países selecionados, resultou a elaboração de uma "Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial do Brasil - Proposta IEDI", encaminhada ao governo e amplamente divulgada em outubro de 1998.

O documento apresenta diversas propostas. Dentre as mais gerais, destacamos:

**Produção e Indústria** - o reconhecimento da importância da Produção e da Indústria como partes fundamentais e motores de um Projeto de Desenvolvimento Nacional.

**Política de Desenvolvimento Industrial** - ativas e continuadas ações do governo para efetiva formulação e implementação de uma Política de Desenvolvimento Industrial.

**Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial** - criação de um órgão colegiado - o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - com a participação de Ministros de Estado e de representantes da iniciativa privada, com a função de formular e acompanhar a Política de Desenvolvimento Industrial.

**Fórum da Produção Industrial e Grupos Estratégicos** - criação do Fórum da Produção Industrial, formado por empresários; e dos Grupos Estratégicos definidos segundo as prioridades setoriais ou cadeias produtivas, com representantes dos setores público e privado.

**Ministério Dedicado à Indústria** - constituição de um ministério dedicado à indústria, dotado dos instrumentos necessários para implementar e coordenar a execução da Política de Desenvolvimento Industrial.

**Parceria** - definição de estratégias conjuntas - parceria - setor público / setor privado como parte essencial da definição e execução de uma Política de Desenvolvimento Industrial.

**Organizações Privadas** - organização das ações das distintas organizações privadas, nelas incluídas as representantes formais da indústria, de maneira a cumprir a necessária parceria com o Governo.

#### **Políticas Tributária, Cambial e de Juros -**

- Redução das taxas de juros e mudança da política cambial, após o controle da crise financeira.
- Eliminação dos impostos em cascata e desoneração da produção, investimento e exportação.

#### **Prioridades da Política de Desenvolvimento Industrial -**

- Promover o avanço das indústrias integrantes da nova revolução industrial.

- Agregar maior valor aos produtos manufaturados.
- Adensar as cadeias produtivas.
- Completar a reestruturação da indústria.

**Empresa de Capital Nacional** - a empresa privada de capital nacional deve ser o vetor fundamental da Política de Desenvolvimento Industrial; ações que compensem as suas desvantagens relativas, sobretudo nos campos do financiamento e da tecnologia.

**Pequenas e Médias Empresas** - revisão e ampliação do conceito de pequena e média empresa; estabelecimento de um programa dedicado de financiamento; desoneração e simplificação fiscal.

**Ação do BNDES e Financiamento** - prioridade para o financiamento das empresas de capital nacional; ações para aumentar a parcela dos recursos dos fundos de pensão públicos e privados destinados ao financiamento de investimentos para desenvolvimento tecnológico, modernização e ampliação industrial.

**Política Comercial** - participação efetiva da iniciativa privada em todas as ações de comércio exterior; prioridade ao desenvolvimento do MERCOSUL.

**Política de Exportação** - financiamentos em condições de igualdade com a concorrência externa e desoneração total de tributos para a produção nacional destinada à exportação, envolvendo a pequena e média empresa como uma base potencial importante para o aumento das exportações; articulação das ações destinadas à promoção das exportações por uma agência ou secretaria dedicada.

**Política de Importação** - isonomia tributária entre produção doméstica e importada; aprimoramento e agilização do sistema de salvaguardas e controles técnicos de importações; estabelecimento de sistemas adicionais de proteção para indústrias nascentes e outros setores, em casos definidos pela Política de Desenvolvimento Industrial.

**Desenvolvimento Tecnológico** - programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da atividade industrial; incentivos às parcerias entre agentes públicos e privados; recuperação da capacitação científica e tecnológica em Universidades, institutos de pesquisas e centros de tecnologia das empresas.

**Política de Treinamento** - aperfeiçoamento pelo Governo e iniciativa privada dos programas nacionais de treinamento e educação profissional, segundo as prioridades da Política de Desenvolvimento Industrial, otimizando os recursos já hoje mobilizados para tal fim, objetivando facilitar o acesso ao emprego, o aumento da produtividade e da remuneração do trabalho.



## O CENÁRIO PRÓXIMO E A AGENDA DE CURTO PRAZO

Desde a divulgação da "Agenda", temas e propostas ali contidos chegaram a ser implementados. Preliminarmente, o IEDI estima que este conjunto envolve cerca de 1/3 das medidas propostas. Algumas outras idéias presentes no documento têm sido objeto de debates para sua implementação e outras, por fim, ainda não mereceram a devida atenção.

O balanço de como tem sido, na prática, a receptividade desta última contribuição que o IEDI ofereceu aos interessados no tema do desenvolvimento industrial e ao governo terá continuidade ao longo dos próximos anos. É entendimento do IEDI que suas idéias e propostas têm as marcas da atualidade, do não favorecimento, são factíveis, se somam aos esforços de superação dos desequilíbrios que levaram à recente crise e contribuem para a preservação da estabilidade, para o aumento do emprego e para o desenvolvimento econômico com melhor distribuição de renda.

Ao lado disso, o IEDI continuará perseguindo a meta de antecipar-se às tendências da economia para indicar e sugerir novos caminhos e alternativas. Por isso, estabeleceu um novo programa de estudos, tendo em vista que no curto período entre a divulgação de sua Agenda e o momento atual, a conjuntura mudou tão radicalmente - em função da mudança da política cambial e da perspectiva de juros mais baixos - que colocou novos determinantes das tendências que o IEDI procura ver à frente.

Esses novos determinantes não anulam as propostas da Agenda IEDI; mas lhes conferem sentido de maior urgência e, respeitadas algumas condições, podem viabilizar mais facilmente a sua execução. O IEDI considera um cenário para o futuro próximo que, não sendo fantasioso, pode ser considerado otimista.

No plano externo supõe a não ocorrência de uma nova rodada de crise internacional.

No plano interno, supõe um "ambiente" em que se desenvolve um quadro mais positivo do que prevaleceu nos últimos anos de discussões e ações de governo em torno à políticas voltadas à produção e à indústria.

Na economia é suposto que não mais se apresentem os riscos de nova crise de confiança ou que estes possam ser neutralizados, de modo que a taxa de câmbio oscila em torno a um nível que projeta um aumento real da cotação do dólar de 30% desde a mudança cambial; a variação de preços se estabiliza aos níveis anteriores à crise cambial, não superando, ao longo do corrente ano, 8% no índice de preços ao consumidor; a meta fiscal do governo é alcançada; e a taxa básica de juros apresenta tendência de queda até o final do ano, projetando para o início do ano 2000 um nível de 12% com inflação anualizada próxima a zero.

Espera-se que brevemente o desemprego pare de aumentar (mantendo-se porém em nível ainda muito alto), que a produção industrial volte a apresentar taxas positivas de crescimento com relação a 1998 (sem, no entanto, compensar a expressiva retração verificada entre o último trimestre de 1998 e o segundo trimestre de 1999) e que as exportações cresçam pelo estímulo do câmbio, por uma parcial recuperação dos preços de exportação e pela normalização do financiamento externo às exportações.

Este cenário, que é compatível com a expectativa de retorno do crescimento no ano 2000 após uma retração entre 1 e 2% do PIB em 1999, não contempla, todavia, a superação de dois graves problemas.

- O déficit público de 1999, inferior ao de 1998 (8,1% do PIB), será ainda elevado a despeito do grande superávit primário, um fator que deverá concorrer para que o governo relute em eliminar (ou voltar a compensar) impostos onerosos à produção e à exportação e mantenha aquém das necessidades os investimentos em áreas importantes.
- O déficit em transações correntes também será menor do que em 1998 (4,5% do PIB), porém muito distante do que seria necessário para sinalizar uma importante reversão da situação externa. A conta de serviços (juros, remessas, transportes, viagens e turismo) relativamente incompressível e o alto valor de amortizações configuram uma necessidade de recursos externos - da ordem de US\$ 60 bilhões - que impõe uma balança comercial amplamente superavitária.

Portanto, na entrada do novo milênio, estará mais do que nunca patente que a economia brasileira enfrentará o desafio de promover uma abertura pelo lado das exportações tão ampla quanto a abertura das importações desenvolvida nos últimos anos, de modo a viabilizar a meta do governo de exportar US\$ 100 bilhões em 2002 e afastar o fantasma de nova crise externa.

Em resumo, o cenário é de um ambiente mais favorável à execução de políticas de promoção do desenvolvimento, melhores condições de competitividade da produção nacional (devido à desvalorização da moeda, embora persista o risco da não desoneração fiscal das exportações) e taxas de juros mais baixas e em declínio (porém ainda altas para padrões internacionais). Não deixa de considerar, todavia, as restrições ao crescimento resultantes da escassez de investimentos públicos em setores como infra-estrutura e tecnologia e do desequilíbrio externo.

Por isso, serão de grande urgência ações e políticas ativas, seja na produção de produtos em que os padrões tecnológicos, de escala de produção e de produtividade admitem a produção nacional em substituição de importações, seja na promoção de exportações, neste caso, para contribuir com um mais rápido aumento do volume e da qualidade das exportações.

A execução de políticas na área industrial (como em outras) resultará também da necessidade de diminuição, a curto prazo, do elevado desemprego prevalecente após a superação da crise.

Uma Agenda de ações voltadas a resultados mais imediatos visa potencializar as possibilidades abertas por um cenário como o acima exposto e responder a questões e carências que ainda perdurarão após a superação da recente crise: a consolidação da estabilidade no contexto da nova política cambial, a queda das taxas de juros para níveis mais compatíveis com a produção, a desoneração do investimento e do produto nacional mediante a reforma tributária, as políticas para promover as exportações e a substituição de importações. São ações muito importantes destinadas a reativar a produção, reduzir o desemprego acumulado durante a retração da economia e minimizar o desequilíbrio externo ainda presente.

## **A AGENDA DO FUTURO**

É também importante uma referência ao médio e longo prazo, particularmente porque a proximidade de uma nova década e de um novo milênio nos leva naturalmente a refletir sobre o que ocorreu no passado com a economia e a indústria brasileira para indagar quais seriam as linhas de uma Agenda adequada para o seu desenvolvimento futuro. O horizonte de referência aqui é necessariamente amplo. Trata-se de analisar o longo prazo em contraposição aos movimentos de conjuntura e avaliar as forças de dinamismo a longo prazo presentes ou ausentes na economia brasileira.

Debater e definir uma Agenda do futuro visando o crescimento de longo prazo é, do ponto de vista do IEDI, tão urgente quanto executar as ações mais imediatas acima mencionadas, as quais procuram consolidar a estabilidade com a reativação do crescimento e do emprego após a superação da crise cambial.

A urgência é a contrapartida de um duplo movimento que os resultados das tendências de longo prazo mostram com muita clareza.

1) A economia brasileira do século 20 teve um grande dinamismo, segundo mostram os dados disponíveis. Na segunda metade desse período, obteve um crescimento médio anual do PIB próximo a 5% e de 2,8% ao ano para o PIB per capita. Isto permitiu avançar na redução do diferencial de renda per capita do País com relação ao padrão médio dos países mais avançados.

Durante 3 decênios (1949-1979) a economia cresceu extraordinariamente, superando 7% de crescimento médio anual (4,4% de crescimento do PIB per capita). A indústria participou desse processo em uma posição de liderança com uma taxa de crescimento de 8,4% aa.

Nos dois últimos decênios, no entanto, a economia mostra claros de perda de dinamismo. O crescimento do PIB declina para não mais do que 2% ao ano e

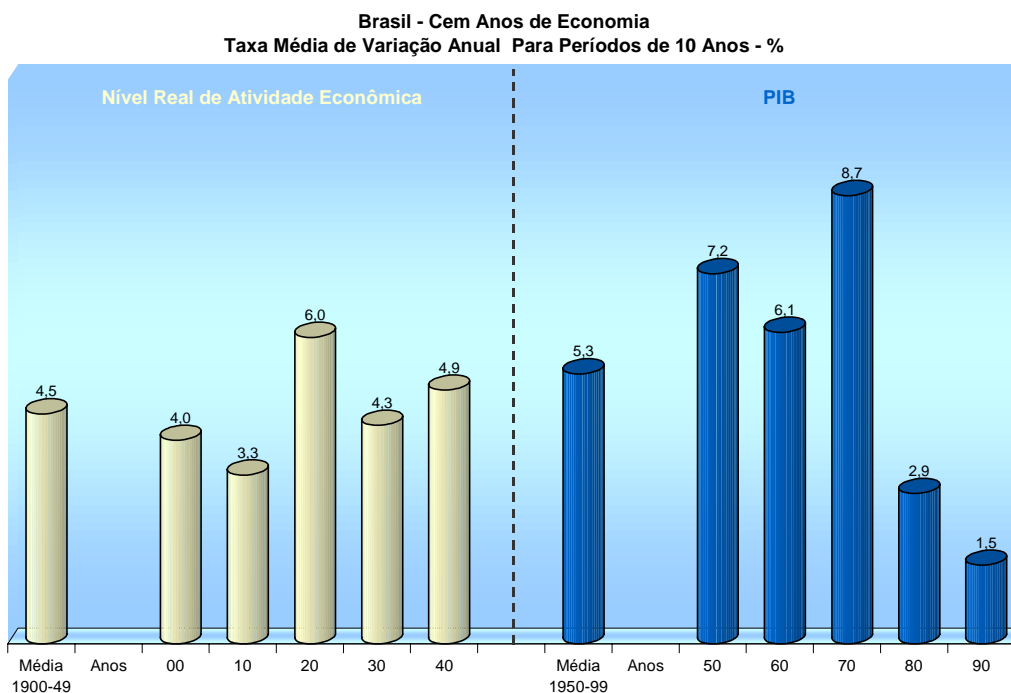
o PIB per capita sobe apenas 0,5% em média a cada ano. Os ciclos se tornam mais curtos, os níveis máximos de crescimento em cada expansão são mais baixos e a ocorrência de taxas negativas de expansão – até 1981 ausente do cenário econômico brasileiro da segunda metade do século – torna-se frequente.

A indústria de transformação reduz tanto o seu desempenho que não consegue obter um crescimento médio sequer de 1% ao ano no período (0,9%), o que configura, virtualmente, um estado de estagnação.

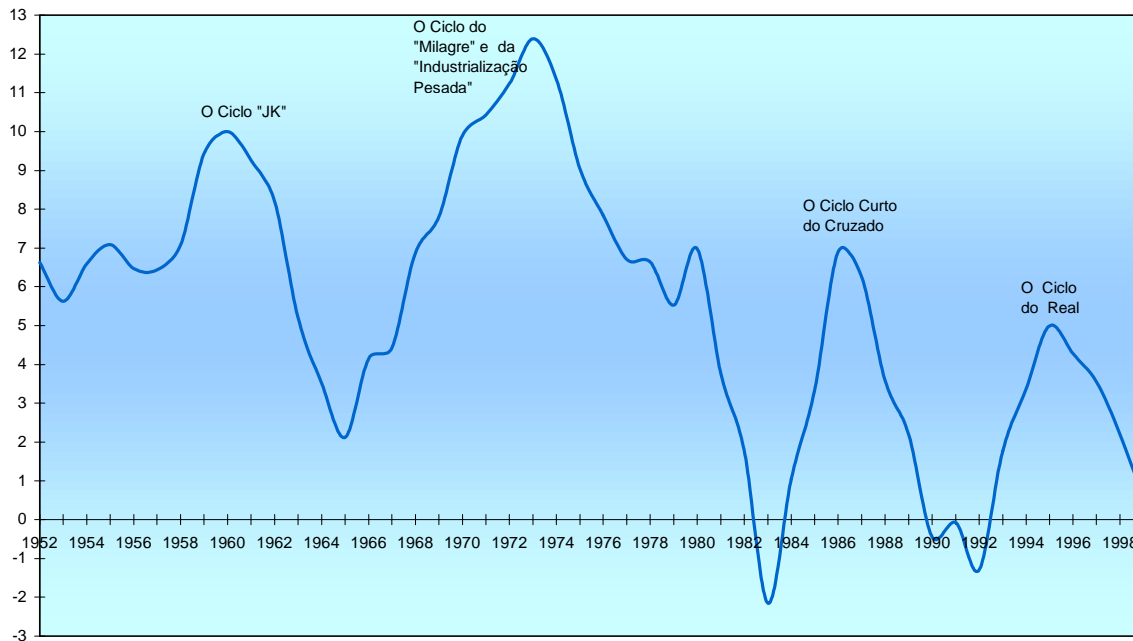
A tendência da economia e da indústria apontam, portanto, para uma trajetória de declínio no ciclo de longo prazo.

2) Nos anos 80 e 90, a taxa de crescimento da economia mundial declinou. A economia brasileira, no entanto, cresceu ainda menos, uma situação radicalmente oposta a do período anterior (1965-80), quando o crescimento médio do País foi quase duas vezes o crescimento médio da economia mundial. O desempenho da indústria brasileira também situou-se abaixo do desempenho médio mundial. Como resultado, os diferenciais de renda per capita global e de produto industrial per capita do País com relação ao mundo desenvolvido voltam a crescer.

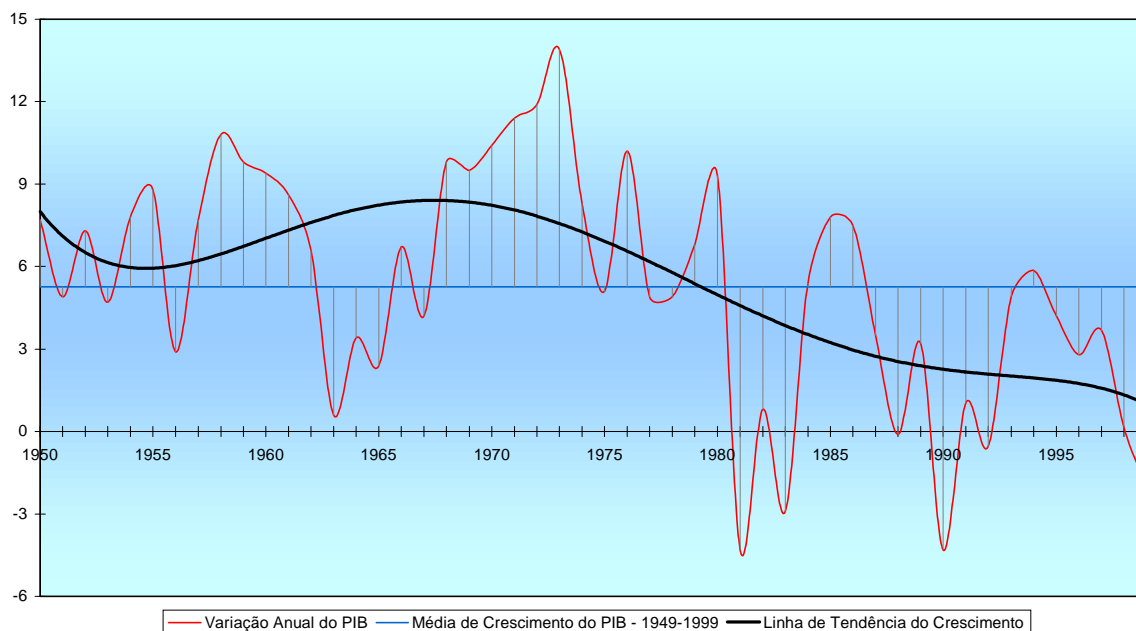
É um quadro, portanto, de perda de dinamismo– absoluto e relativo à economia mundial - da economia brasileira em uma perspectiva longo prazo, o que nos leva a refletir sobre o futuro, considerando, igualmente, um horizonte de longo prazo.



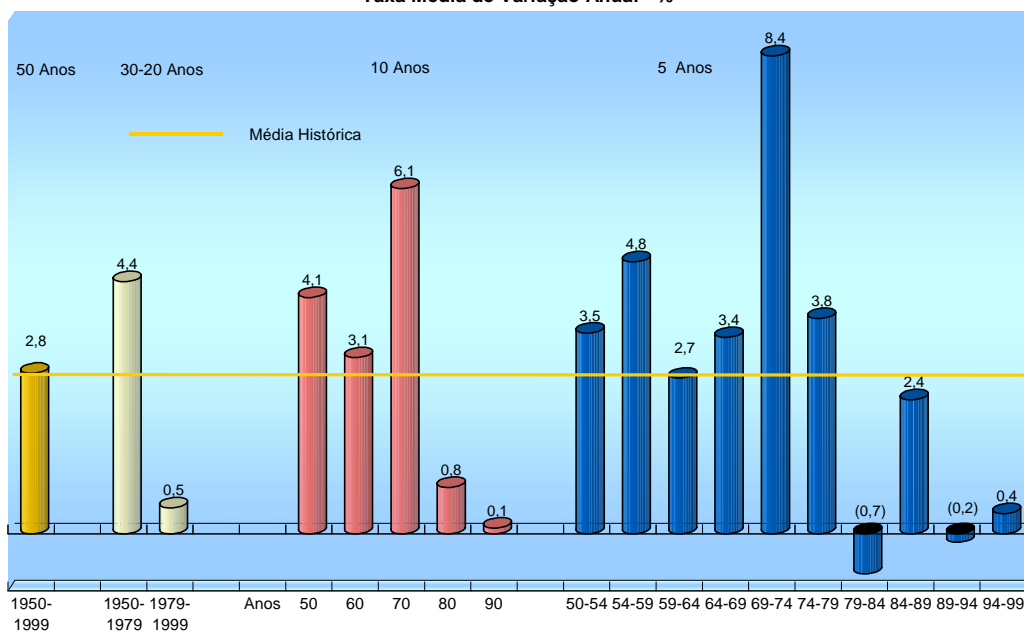
**PIB - Brasil**  
**Varição Anual em % (Médias Móveis Trienais)**



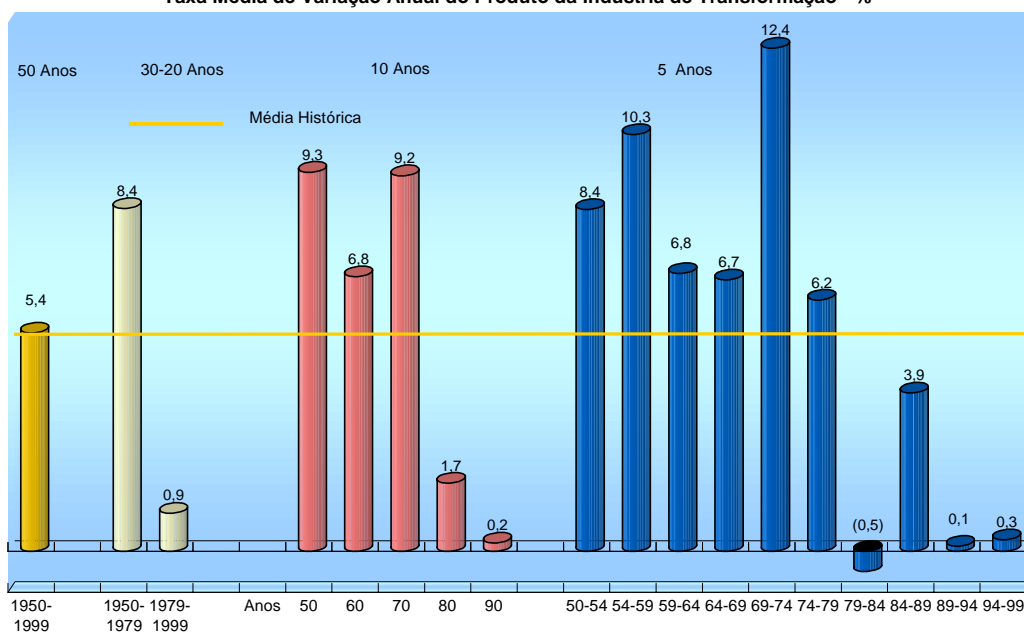
**Brasil - Evolução do PIB - %**



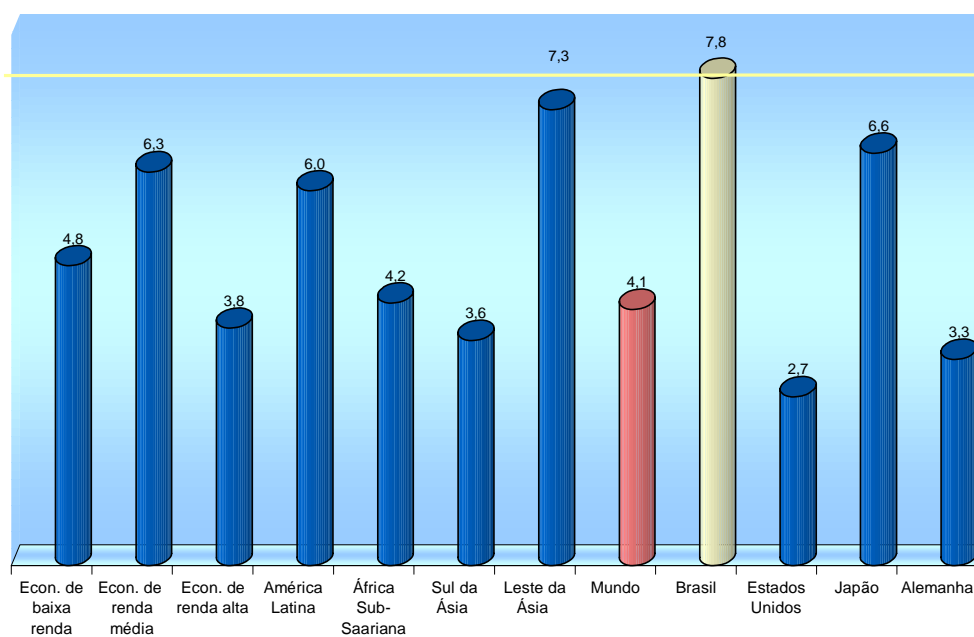
**Brasil - Cinquenta Anos de Evolução do PIB Per Capita**  
Taxa Média de Variação Anual - %



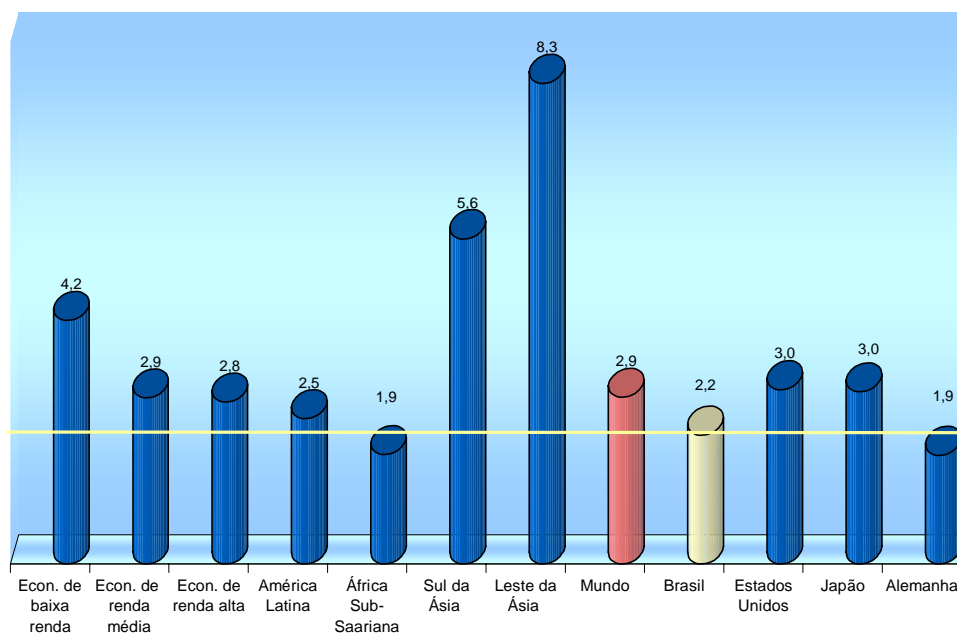
**Brasil - Cinquenta Anos de Evolução da Indústria**  
Taxa Média de Variação Anual do Produto da Indústria de Transformação - %



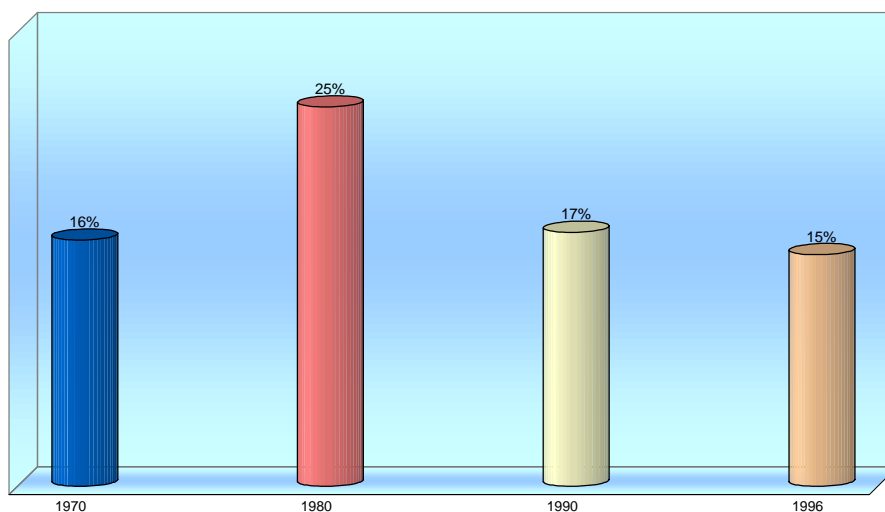
PIB  
Taxa Média de Variação Anual - 1965 -1980 - %



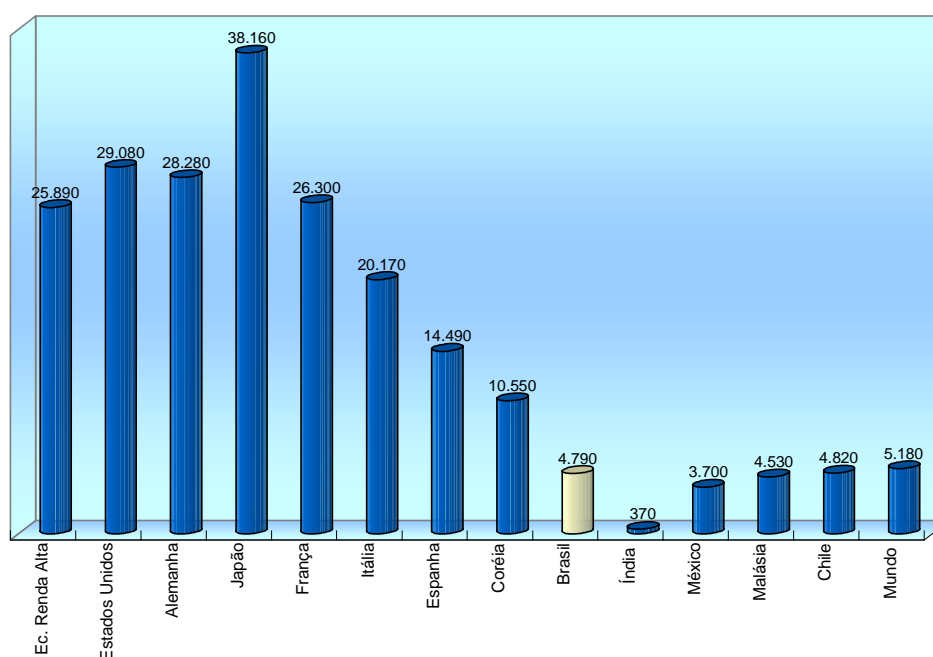
PIB  
Taxa Média de Variação Anual - 1980 - 1997 - %



**Brasil - Valor Adicionado da Indústria (VAI) Per Capita  
Em Relação ao VAI Per Capita dos Países Desenvolvidos  
(VAI Per Capita a preços constantes de 1990 em US\$)**



**PNB Per Capita - 1997 - em US\$**



A nosso ver uma Agenda de questões relativas a esse horizonte envolve temas amplos como **Educação, Distribuição da Renda e Pobreza**. O acesso de todos à educação e aos frutos do progresso, sendo compromissos da sociedade para com o cidadão, são, ademais, temas importantíssimos na dimensão econômica de longo prazo.

A educação e o treinamento profissional são pilares do aumento da produtividade e da capacidade de gerar progresso técnico a longo prazo,



enquanto o acesso generalizado aos bens individuais e coletivos é poderosa alavanca de ampliação de mercados e, portanto, suporte do dinamismo econômico. Da experiência de dois entre os diversos planos que nos anos 80 e 90 procuraram estabilizar a moeda - o Cruzado, cujo êxito foi apenas provisório, e o Real – temos uma amostra do que possa vir a representar para o mercado interno consumidor um processo continuado de melhoria na distribuição de renda e de absorção dos que até o momento estão excluídos do acesso aos bens de mercado.

Na questão externa trata-se de reconhecer que os espaços econômicos estão muito mais aproximados e interligados em um processo que recebeu a denominação genérica de globalização. Trata-se também de avaliar criticamente o significado desse processo e suas perspectivas futuras com o objetivo de antecipar as possibilidades e limites de desenvolvimento de uma economia que, como a brasileira, é parte dele. Um tema sobre o qual o governo brasileiro tem corretamente insistido – o dos efeitos desestabilizadores dos movimentos internacionais dos capitais líquidos e as formas internacionais (ademais das nacionais) de controle e neutralização da instabilidade financeira – é, evidentemente, de crucial importância e o Brasil não deve deixar de adotar medidas de regulação com esse propósito.

Cabe também assinalar a assimetria do processo de abertura global do comércio internacional ocorrido nos últimos 20 anos. Esse processo acentuou a intensidade e a generalização para o mundo de uma revolução industrial que estava em curso – da qual, a propósito, o Brasil, paralisado por duas “décadas perdidas”, atrasou-se. O comércio internacional intensificou-se com a abertura das economias nacionais, mas foram os segmentos intensivos em tecnologia que puderam ostentar as maiores taxas de crescimento. As chamadas *commodities* industriais apresentaram índice de crescimento baixo, o que acirrou a concorrência internacional em preços para esses produtos. Também grave é que para produtos da agricultura, da agro-indústria e os produtos das indústrias que a revolução industrial rapidamente transformou em tradicionais - setores sem dinamismo tecnológico mas ainda respondendo por parcelas importantes do emprego nos países mais avançados - o protecionismo é ainda acentuado.

Para um País como o Brasil, que desfruta de um amplo e diversificado espaço econômico e ainda preserva uma base industrial também ampla e diversificada, esta assimetria representa uma restrição ao crescimento de longo prazo. A correção desta tendência do comércio internacional abriria a possibilidade de um crescimento maior do comércio exterior e das exportações brasileiras, e é, por isso, um tema da política comercial fundamental para a Agenda do futuro, a ser conduzida conjuntamente com a política para o desenvolvimento ainda mais amplo do Mercosul.

No crescimento do comércio internacional recente, a exportação constituiu-se em importante mecanismo indutor do crescimento para algumas

economias – em alguns casos o destacado, senão o único fator de crescimento. É sabido que ao longo da história econômica do Brasil o setor externo também representou um potencial de crescimento em alguns períodos para, em outros, agir como um poderoso fator de instabilidade e de constrangimento da evolução da economia interna. Nos anos 80 e 90, a primeira característica retraiu-se e a segunda ganhou predominância. Isto refletiu a inserção do País em uma globalização com as características assinaladas, a sua dependência de capitais e de financiamento externo e, finalmente, a forma como nos anos 90, foi promovida a sua particular abertura para o exterior – uma abertura de uma única via que excluiu as exportações e que, pelo lado das importações, foi processada sem as salvaguardas reconhecidas e adotadas internacionalmente.

Além da consideração já feita a respeito da política comercial, dois outros aspectos principais merecem atenção na definição da **Política de Exportação** em uma perspectiva de reconstituição das forças de dinamismo a longo prazo da economia brasileira. A remoção do constrangimento externo de forma a evitar que os fatores de dinamismo interno - notadamente o mercado interno consumidor e o investimento privado - sejam neutralizados por crises do balanço de pagamentos é um parâmetro inicial para a fixação das metas de exportação. O Brasil deve pretender, no entanto, que as exportações voltem a ser um fator adicional para o seu crescimento de longo prazo. Para isso, a política de exportações deve também priorizar os requisitos de melhoria de qualidade e agregação de valor do produto nacional exportado.

No campo da tecnologia, não deve haver dúvidas quanto à necessidade de ativa ação do setor público. A **Política de Desenvolvimento Tecnológico** é um item obrigatório da Agenda do futuro em razão do atraso acumulado pelo Brasil e pela relevância no atual estágio da economia mundial do desenvolvimento tecnológico como condicionante do desenvolvimento global. As ações de parceria público / privado serão nesse caso, mais do que em qualquer outro, o fator determinante de êxito. A natureza do investimento que promove o desenvolvimento tecnológico e o risco a ele associado são fatores que determinam que nem mesmo as economias com estruturas empresariais mais fortes sejam capazes de progredir sem uma grande dose de indução. A concorrência é o motor do desenvolvimento tecnológico, mas não descarta a formação do que poderíamos denominar um ambiente de incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, algo que o Brasil revela um grande atraso.

A formação deste ambiente é complexa e, como demonstram as experiências de países de maior êxito, requer participação do setor privado além de uma forte presença do setor público na definição das normas e leis para a regulação do setor, na fixação de prioridades setoriais em conjunto com o setor privado, na coordenação de atividades e, ainda, no aporte de recursos que são vultosos.

O ambiente será tão mais favorável ao desenvolvimento tecnológico quanto mais eficaz for o marco institucional em premiar o investimento de risco em inovação e mais efetivos os mecanismos de incentivo à cooperação e à concorrência como se verificam nos sistemas de “clusters” industriais, os incentivos fiscais e financeiros para os investimentos em tecnologia, os sistemas de parcerias entre setor público e setor privado em investimentos tecnológicos, o desenvolvimento e a capacitação de universidades, institutos públicos de pesquisa e de centros de tecnologia das empresas, os investimentos em infraestrutura científica e tecnológica. Uma Agenda para o futuro deveria tomar esses pontos como prioritários.

A questão do financiamento é outro tema central da Agenda do futuro. O financiamento dos investimentos no Brasil sempre esbarrou nas limitações dos mercados de títulos de longo prazo e de capitais de risco domésticos e na ausência da modalidade de financiamento de médio e longo prazo no crédito concedido pelos bancos. Em contrapartida, desenvolveu um sistema de agências especializadas representado principalmente pelo BNDES, que, nos últimos anos, cresceu de forma extraordinária. Não fora isto, os investimentos privados no País, os quais tiveram crescimento abaixo do esperado em função das altas taxas de juros, esbarrariam nos recursos disponíveis para financiamento.

Os recursos têm sido complementados com financiamentos em moeda estrangeira através de créditos bancários e, mais recentemente, pela colocação de títulos de empresas brasileiras no exterior. Apesar de muito importantes, essas fontes têm mostrado limitações de acesso das empresas que, em tempos normais, se resume a um número reduzido, tornando-se praticamente inacessível em tempos de crise (como na recente crise cambial; anteriormente, durante praticamente toda a década de 80).

Trata-se, portanto, de um "modelo" em que os recursos e as modalidades de financiamento são restritos, limitando um maior crescimento dos investimentos das empresas nacionais, colocando-as em posição de desvantagem em relação às empresas estrangeiras (foi esta uma das causas da desnacionalização recente e da relativamente pequena participação de empresas nacionais na privatização das estatais brasileiras) e inibindo sua atuação em uma escala global (uma tendência da operação de grandes grupos internacionais com pouquíssima presença de grupos brasileiros).

O tema da Agenda do futuro referente à **Política de Financiamento**, diz respeito às ações para remover as limitações determinadas pelo financiamento ao aumento da taxa de investimento da economia, ao crescimento e à projeção internacional da empresa nacional. De resto, a remoção das restrições do financiamento significará a redução relativa da dependência do setor privado aos recursos públicos e às fontes externas.

Um roteiro de prioridades seria:

- A reforma das estruturas de propriedade, informação e gestão das empresas nacionais de modo a absorver investidores e parceiros em negócios e investimentos e melhorar e tornar mais estáveis as condições de acesso das empresas nacionais aos mercados externos de capitais.
- A formação de uma taxa de juros de longo prazo no mercado financeiro brasileiro, o que requer a continuidade da estabilidade inflacionária e taxas de juros básicas baixas e estáveis.
- O impulso aos mercados de títulos e valores mediante o desenvolvimento dos fundos de pensões e o direcionamento do crédito concedido pelos bancos e das aplicações dos fundos de investimento para o longo prazo.
- A reforma do sistema de agentes e repasses de recursos do BNDES, de modo a priorizar a empresa nacional na concessão de financiamentos e dar acesso a pequenas e médias empresas aos recursos para investimentos e exportação.

Finalmente, uma **Política Industrial** propriamente definiria as prioridades relativas a setores ou cadeias produtivas, os mecanismos para a desconcentração do desenvolvimento industrial e os instrumentos para a promoção das pequenas e médias empresas. Os objetivos centrais desta política seriam os de reduzir as desigualdades regionais e promover o crescimento do emprego industrial a longo prazo.

É intenção do IEDI mostrar em estudos que já estão em curso que, para o propósito de incentivar o desenvolvimento industrial a curto, médio e longo prazo, os instrumentos e as instituições existentes no Brasil podem ser aperfeiçoados e que as políticas atuais podem ser melhor concebidas. É objetivo mostrar também que a estrutura já existente prescinde da criação de novas e gigantescas instituições, bem como de novos incentivos; e que a política de desenvolvimento que se deseja para o País tampouco irá requerer os subsídios e mecanismos de proteção do passado.

A maior lacuna, cuja superação é inadiável e imprescindível, está em dotar as políticas, instituições e instrumentos de organicidade, coordená-los a partir de metas e prioridades, envolver os segmentos sociais nas fases de formulação e de execução, reintroduzir e aprimorar as parcerias público-privado, enfim envolver tais ações, instituições e instrumentos em um projeto de desenvolvimento nacional, no qual a visão de futuro seja a de uma sociedade mais justa e uma economia mais desenvolvida.

## ANEXO

### VISÃO DOS FUNDADORES DO IEDI

#### O BRASIL EM 2.010

1. O País é uma democracia pluralista, com partidos políticos fortes e de ideais bem definidos; a sociedade é participativa.
2. Tem em torno de 200 milhões de habitantes - consumidores / poupadores - e uma taxa moderada de crescimento populacional.
3. Está inserido no mundo desenvolvido; está entre as 5 maiores economias do mundo, com renda per capita compatível. Cabe destacar que existem grupos privados nacionais eficientes, grandes e fortes com importante atuação internacional, existindo, inclusive, multinacionais brasileiras.
4. A fome e a miséria foram erradicadas como consequência da boa distribuição de renda, seja interpessoal seja interregional, e o mercado interno é, por conseguinte, forte e desenvolvido.
5. O regime econômico é baseado na livre iniciativa com sistema da propriedade de produção fortemente disseminada, sendo o uso não produtivo da propriedade desincentivado. Existe liberdade cambial, de fluxo de capital e comercial, condicionada à realidade das práticas internacionais e ao interesse social interno. O corporativismo e os cartórios foram eliminados e não existe mais a socialização dos prejuízos.
6. O sistema produtivo é participativo e existe ambiente de ampla negociação nas relações capital/trabalho. São encaradas como naturais tanto as convergências como as divergências de interesses, respeitando cada parte as necessidades básicas da outra.
7. O Governo é forte, de tamanho reduzido, eficiente e sua ação voltada para os interesses coletivos.
8. Na área econômica, o governo exerce funções normativas e reguladoras de forma democrática, transparente e não casuística, e voltado para os interesses da sociedade.
9. A justiça é soberana, eficiente, eficaz e ética.
10. A sociedade tem seus valores básicos bem definidos, dando grande importância aos valores éticos, à família, ao indivíduo, ao trabalho e à criatividade, ao respeito pela coisa pública e ao respeito pelas crianças, idosos e minorias.
11. A qualidade de vida alcançou níveis comparados aos de outros países desenvolvidos, destacando-se níveis elevados nas áreas da saúde, habitação, saneamento básico, alimentação, e equilíbrio ecológico e segurança.

12.A educação é de acesso a todos, caracterizando-se com uma sociedade orientada para o conhecimento. Convive o ensino privado com o ensino público. Ela é permanente e não se restringe aos limites da escola. Tem continuidade nas empresas, na comunidade, através das mais variadas formas de difusão da ciência, da tecnologia, da pesquisa, da cultura e da informação.

13.A infra-estrutura é moderna, apresentando eficiente rede de comunicação, de transportes, e de distribuição de energia.

14.A indústria é competitiva interna e internacionalmente, fabricando produtos de qualidade e a estrutura industrial apresenta elevada produtividade.

15.O País é um importante produtor e exportador do alimentos. A agricultura é moderna e apresenta, também, elevada produtividade. Os conflitos fundiários estão superados.

16.O País tem alta capacitação tecnológica, é importante gerador de tecnologia e não impõe barreiras à sua importação.

17.Há razoável equilíbrio regional provocado pela descentralização industrial e urbana.

18.A moeda é forte e estável.

19.O País está em contínua evolução econômica, social e política e reina confiança na sociedade quanto ao futuro.

## ANEXO

## RESULTADOS DA PESQUISA – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

## CONSELHEIROS DO IEDI

Obs.: Resultados em % quando não indicado o contrário.		
--	--	--

	Sim	Não
Deve haver uma política industrial ativa no Brasil?	97,0	3,0

	Vertical	Horizontal
Política Horizontal ou Política Industrial com prioridades para cadeias ou setores (Política Vertical)?	87,9	12,1

Quais itens devem ser tratados por uma Política Industrial?	
Políticas para desenvolvimento científico e tecnológico	93,9
Políticas para exportação de bens manufaturados	87,9
Políticas de importação	87,9
Políticas para pequenas e médias empresas	84,8
Políticas para desenvolvimento regional	75,8
Pol. p/ treinamento e retreinamento de recursos humanos	72,7
Pol. específicas p/ novas tecnologias/setores estratégicos	63,6
Políticas para setores tradicionais	63,6
Políticas de estímulo a compras da produção nacional	57,6
Políticas de regulação para o capital estrangeiro	42,4

Da questão anterior indique os quatro itens que seriam minimamente imprescindíveis para uma política industrial	
Políticas para desenvolvimento científico e tecnológico	18,0
Políticas para exportação de bens manufaturados	16,4
Políticas de importação	13,3
Políticas para pequenas e médias empresas	11,7
Políticas para treinamento e retreinamento de recursos humanos	10,2
Políticas específicas para novas tecnologias/setores estratégicos	9,4
Políticas para desenvolvimento regional	8,6
Políticas para setores tradicionais	5,5
Políticas de estímulo a compras da produção nacional	3,9
Políticas de regulação para o capital estrangeiro	3,1
Total	100,0

	Sim	Não
É favorável que a política de desenvolvimento industrial defina condicionalidades a serem cumpridas pelo setor privado (por exemplo, desempenho exportador, crescimento de produtividade etc.)?	69,7	27,3

	Sim	Não
É favorável a acelerar as negociações/implantação da ALCA?	6,1	90,9

	Sim	Não
Em sua opinião o MICT está aparelhado para implementar uma efetiva política industrial?	84,8	3,0

Em sua opinião, quais dentre as instituições/funções abaixo deveriam estar em um Ministério da Indústria:	
Tarifas de importação de manufaturados (política de tarifas)	90,9
Política de exportação de manufaturados	87,9
Valoração aduaneira	87,9
Controles técnicos de importação de manufaturados	87,9
Financiamento ao desenvolvimento industrial, incorporando o BNDES	87,9
Financiamento ao desenvolvimento tecnológico	84,8
Processos relativos a dumping / concorrência desleal	84,8
Instrumentos e organismos de desenvolvimento regional	60,6

Capital Estrangeiro:	Sim	Não
Políticas, com incentivos e financiamentos oficiais, para atração de investimento estrangeiro?	39,4	57,6
Diferenciação entre políticas para as empresas de capital privado nacional e para empresas de capital estrangeiro?	66,7	33,3
Incentivos para associação de empresas estrangeiras com empresas de capital nacional?	33,3	63,6

Com relação ao financiamento, como avalia:		
	Satisfat.	Insatisfat.
Atuação do BNDES	75,8	18,2
	Alto	Baixo
Diferencial de acesso a fontes de financiamento entre empresas de capital privado nacional e empresas estrangeiras	97,0	0,0



Obs.: Nas perguntas abaixo os resultados (variando de 0 a 5) correspondem a médias dos resultados

Qual o grau de importância atribuído (numa escala de 0 a 5) aos fatores listados abaixo, para a melhoria significativa da competitividade da indústria e do desenvolvimento industrial do País:

Equiparação às condições internacionais de impostos	4,8
Equiparação das taxas de juros aos níveis internacionais	4,8
Aumento da produtividade	4,5
Flexibilização das relações empregatícias	4,4
Investimentos em infra-estrutura	4,3
Desenvolvimento do mercado de capitais	4,1
Desvalorização da taxa de câmbio e adoção de política cambial neutra	3,4

Qual o grau de importância atribuído (numa escala de 0 a 5) aos seguintes instrumentos de política?

Políticas para setores tradicionais	
Financiamentos, objetivando a reestruturação empresarial	4,0
Incentivos fiscais baseados no IRPJ para retreinamento de mão-de-obra	3,0
Incentivos ao reaproveitamento de trabalhadores demitidos em outras empresas do mesmo grupo econômico	0,0
Dilatação dos prazos de recolhimento de impostos	0,0

Políticas para pequenas e médias empresas	
Simplificação tributária	4,9
Incentivos fiscais e financeiros para estimular as exportações de pequenas e médias empresas	3,0
Definição de um agente financeiro próprio para estas empresas	2,5
Taxas de juros subsidiadas	2,0
Incentivos fiscais e financeiros para estimular o acesso ao mercado de capitais	1,5
Políticas de compras governamentais	1,4

Políticas para desenvolvimento regional	
Investimentos em infra-estrutura física e de C&T	4,1
Incentivos estaduais	3,4
Incentivos fiscais federais	2,7
Concessão de financiamento com condições mais favoráveis	2,3
Constituição de fundos de investimentos regionais	2,1

Políticas para desenvolvimento científico e tecnológico	
Investimentos em formação de recursos humanos para P&D	4,1
Concessão de incentivos fiscais à P&D	3,9
Investimentos públicos em infra-estrutura científica e tecnológica, em cooperação com o setor privado	3,9
Financiamentos subsidiados para P&D	3,9
Estímulos à formação de arranjos cooperativos entre instituições públicas e privadas	3,5

Políticas específicas para novas tecnologias/setores estratégicos	
Incentivos à exportação de produtos de tecnologia de ponta	3,1
Financiamento, sem retorno ou com retorno condicionado ao êxito, em associação com o capital privado	2,9
Financiamentos e incentivos fiscais à formação de venture capital	2,8
Proteção comercial para produtos de alta tecnologia	1,8
Políticas para exportação de bens manufaturados	
Isonomia fiscal para exportação de manufaturados	4,5
Financiamento às exportações em condições privilegiadas	4,2
Seguro de exportação	3,8
Financiamento aos investimentos para projetos de exportações	3,7
Dedução em dobro das despesas com comercialização externa, para efeitos de cálculo do imposto de renda	2,0
Criação de zonas francas e de áreas de livre comércio	0,9
Políticas para treinamento e retreinamento de recursos humanos	
Dedução em dobro das despesas com treinamento de recursos humanos, para efeitos de cálculo do IRPJ	3,6
Desenvolvimento da filosofia de cursos profissionalizantes	3,5
Concessão de financiamento para programas de treinamento e retreinamento de mão-de-obra	3,2
Elaboração de programas de retreinamento específicos para algumas categorias profissionais	3,2
Políticas de importação	
Política anti-dumping	4,7
Valoração aduaneira	4,4
Controles técnicos de importações	3,8
Revisão da estrutura tarifária	3,6
Adoção de sistemas de cotas de importação	2,2
Políticas de regulação para o capital estrangeiro	
Acesso restrito do capital estrangeiro aos incentivos da política industrial	2,3
Não deve haver condicionalidade ao capital estrangeiro	2,2
Definição de regras ao capital estrangeiro que conduzam à transferência de tecnologia para as empresas nacionais	2,1
Estabelecimento de limites para a participação do capital estrangeiro em setores considerados estratégicos	2,0
Estabelecimento de restrições ao envio de lucros e dividendos	1,0
Políticas de estímulo a compras da produção nacional	
Política de compras do governo orientada à produção nacional	3,4
Financiamento de longo prazo, mediante linhas oficiais	2,8
Política de compras para produtos de tecnologia de ponta desenvolvidos localmente	2,5
Concessão de incentivos e subsídios	1,6

## NOTAS SOBRE FONTES E PROJEÇÕES DE DADOS

### Fonte de Dados sobre a Economia Brasileira:

Dado	Fonte	Período
Índice do Nível Real de Atividade	IBGE – Série Haddad	1900-1939
		1939-1947
Produto Interno Bruto	IBGE – Contas Nacionais	1950-1998
Produto Interno Bruto por habitante	IBGE – Contas Nacionais	1950-1998
Produto Real - Indústria de Transformação	IBGE – Contas Nacionais	1950-1998
Valor Adicionado pela Indústria (VAI) per capita	UNIDO	1970-1990
Produto Nacional Bruto Per Capita (PNB)	Banco Mundial	1997

### Projeções de PIB, PNB e PNB per Capita para 1999:

PIB / PNB real: - 2%;

IGP: 12% dezembro / 1999 - dezembro / 98;

IGP: 10 % média / 1999 - média / 1998;

Câmbio Nominal: Taxa de câmbio média / 1999 = 1,70 R\$/US\$.

População em 1999: 164 milhões

### Fonte de Dados de Outras Economias:

Dado	Fonte	Período
Produto Interno Bruto	Banco Mundial	1965-1997
Produto Nacional Bruto per Capita	Banco Mundial	1997
Valor Adicionado pela Indústria (VAI) per capita	UNIDO	1970-1996